

Apresentação

“O que a memória ama, fica eterno”.
(Adélia Prado)

Memória, em sua definição, é a capacidade de lembrar e conservar informações adquiridas no passado e a habilidade de acessá-las na mente. Podemos, então, imaginar o alto grau de importância da memória em nossas vidas. Nossas atitudes, ações, escolhas e até nossos planejamentos dependem deste baú de reminiscências que cada um carrega e que pode ensejar rico compartilhamento.

Com as instituições não é diferente. O acúmulo de conhecimento, haurido nas diversas experiências vivenciadas pelos que as forjaram ao longo dos tempos, constitui valioso acervo de dados capaz de fornecer um número incalculável de respostas às demandas do presente e do futuro. E a renovação desse estoque precioso é constante. Negligenciar tal repositório histórico é uma perda enorme, de natureza irreparável, sobretudo por não se aproveitarem tais experiências no processo

evolutivo institucional. Tudo que se faz tende a repercutir, de alguma forma, na moldagem institucional. Todos os que integram uma Instituição protagonizam suas transformações e sua construção cotidiana. A preservação da memória é, portanto, algo inestimável, tornando-se viático seguro para a evolução de cada Instituição, com seus ressignificados e ressurgimentos no trânsito de cada geração.

Não por outro motivo, a presente edição da Revista do MPM é dedicada ao tema “Direito e Memória: Apagar o passado é condenar o futuro”, justamente porque há uma elevada importância nas ações de nossos antepassados, que construíram, pedra sobre pedra, o caminho sólido e reconhecido pelo qual hoje podem trilhar membros, servidores e colaboradores do Ministério Público Militar, na busca de uma prestação de serviços cada vez mais desassombrada, competente e valorosa, que garanta uma eficiente e ágil promoção de Justiça que alcance a todos, sem discriminação.

Sob tal perspectiva, a edição inclui os três textos vencedores do Concurso de Seleção de Artigos Científicos promovido pela Associação Nacional do MPM (ANMPM) sobre os 100 anos do Ministério Público Militar – **Prêmio José Carlos Couto de Carvalho**, nos quais é possível distinguir

profuso material de pesquisa que contempla, desde uma cronologia de acontecimentos relacionados à gênese deste *Parquet* especializado, até uma farta exposição pertinente à legislação de regência do MPM e à evolução das normas destinadas a aprimorar e desenvolver a Instituição. Também se informa ao leitor sobre os desafios e as adversidades enfrentadas; e as soluções e ações que fortaleceram mais ainda este Centenário braço do Ministério Público da União.

Nos artigos seguintes, pondo fecho ao Tomo I, observa-se um apanhado sobre a atuação do Brasil na Segunda Guerra Mundial por meio de interessante estudo sobre a Justiça Expedicionária Brasileira e suas histórias, que serão ainda contadas por muitos e muitos anos. E, ao lado disso, um passado mais recente que apresenta ao leitor o que o MPM realiza no dia a dia, sua atuação na sociedade brasileira e seus projetos e programas contemporâneos.

No Tomo II, são ofertados ao leitor artigos de temas variados, numa verdadeira incursão do Direito sob a perspectiva atual, com textos de fôlego que abordam: o Inquérito Policial Militar, seus problemas na prática e possíveis soluções; sobre o assédio que podem sofrer as mulheres nas academias de formação de oficiais das Forças Armadas brasileiras; sobre a

cadeia de custódia a partir da reforma do Código de Processo Penal; bem como outros assuntos que certamente despertarão a reflexão crítica dos leitores.

A edição vem enriquecida com um glossário de Direito Internacional Humanitário, que muito auxiliará o usuário a se familiarizar com palavras e expressões próprias empregadas no ambiente de atuação das denominadas forças pacificadoras, espaço no qual o Brasil vem alcançando grande projeção e reconhecimento internacional, contabilizando inúmeras e destacadas participações em missões de paz promovidas pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) em diversas partes do mundo.

Em nome desta Centenária Casa, registro os efusivos agradecimentos a todos que colaboraram com esta notável edição de nossa Revista, brindando-nos com estudos e pesquisas de escol, assegurando, deste modo, reflexões de grande valia, contribuindo para informar e construir uma firme base de conhecimento, que norteará a Instituição no cumprimento de suas missões nacionais e internacionais.

Por fim, rendo homenagem aos componentes do Conselho Editorial, pelo esmero de sempre, bem como aos servidores que apoiaram tão gratificante empreendimento, certo

de que o esforço não quedará no esquecimento, antes se eternizará na memória de todos que amam, respeitam e admiram o Ministério Público Militar.

Uma boa leitura a todos!

Antônio Pereira Duarte
Procurador-Geral de Justiça Militar

